

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

CURSO DE PSICOLOGIA

Bruna Caroline Pereira

**(DES)CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA NO RIO GRANDE DO SUL:
IMPLICAÇÕES CULTURAIS E SOCIAIS NOS PROCESSOS DE MUDANÇA DE
VIDA**

Santa Cruz do Sul

2016

BRUNA CAROLINE PEREIRA

**(DES)CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA NO RIO GRANDE DO SUL:
IMPLICAÇÕES CULTURAIS E SOCIAIS NOS PROCESSOS DE MUDANÇA DE
VIDA**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da
Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Moises Romanini

Santa Cruz do Sul

2016

AGRADECIMENTOS

Aos que amo

Por acreditarem e apoiarem os meus sonhos, com palavras de incentivo, gestos de carinho e compreensão. Nos momentos de dificuldade, me auxiliando a ter garra e sempre manter a cabeça erguida, fazendo eu perceber que sou capaz, valorizando e respeitando meus limites e esforços.

Ao Maxeau e sua família

Haitiano que permitiu que conhecêssemos mais sobre seus costumes e sua cultura. E que pudéssemos fazer parte de seu convívio.

Aos participantes da pesquisa

Que não se importaram e generosamente dividiram comigo suas histórias de vida e trajetória até o Brasil.

Aos professores e a UNISC

Por terem me acompanhado na trajetória acadêmica, compartilhando seus conhecimentos e com isso oportunizando crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

Ninguém nasce odiando o outro devido à cor da sua pele. As pessoas aprendem a odiar e, se elas podem aprender a odiar, elas podem ser ensinados a amar, porque o amor ocorre mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto.

(Nelson Mandela)

RESUMO

Ao propormos uma reflexão frente ao tema da imigração, temos que considerar as diferentes implicações que estão relacionadas a esse contexto, pois se trata de um assunto que envolve muitos aspectos formativos e discursivos relacionados a fatores sociais, culturais, históricos e singulares. Percebemos que a distância e a saudade da família, as dificuldades para se enquadrar em padrões sociais estabelecidos, o preconceito, a esperança de que possa haver uma melhoria de vida, são somente alguns dos fatores estressores na vida dos imigrantes. Partindo deste pressuposto, o objetivo geral da pesquisa foi compreender quais são as motivações e os efeitos que essas mudanças produzem na vida dos imigrantes haitianos, que tenham chegado no Vale do Taquari entre os anos de 2013 e 2015. Ela se justifica pela crescente busca pelo Brasil como país de preferência por esses imigrantes. Pensando na singularidade dos sujeitos e do campo em que estão inseridos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, a amostra contou com 4 imigrantes haitianos, independente de sexo, que compreendam e falem português e possuam mais de 18 anos. Para isso foi utilizado como metodologia as entrevistas narrativas, que utilizam uma forma não estrutural e encorajam os sujeitos a falar, com aprofundamento em aspectos específicos, a partir de onde emergem histórias de vida, tanto do sujeito e o contexto em que está inserido. Para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo. Com isso, foram levantadas quatro categorias, sendo elas “Somos frutos da imigração: haitianos em território de cultura germânica e a inexistência do racismo”; “Educação, Trabalho e Processos Identificatórios: construindo um lugar em território brasileiro?”; e “Brasil: um país de todos e para todos?”.

Palavras-chave: Imigrantes; Haitianos; Motivação; Mudança de vida; Narrativas.

ABSTRACT

By proposing a reflection against the issue of immigration, we have to consider the different implications that are related to this context, because it is an issue that involves many formative and discursive aspects related to social, cultural, historical and natural factors. We can see that the distance and miss the family, the difficulties to fit in established social standards, prejudice, hope that there might be a better life are some of the stressors in the lives of immigrants. Under this assumption, the major objective of this research is to understand what the motivations are and the effects that these changes produces in the lives of Haitian immigrants, who arrived in the Taquari Valley between the years of 2013 and 2015. It is justified by the growing demand in Brazil as a country of preference for these immigrants. Thinking about the singularity of the persons and the field in which they are inserted, it is a qualitative research, the sample will include 4 Haitian immigrants, regardless of sex, who understand and speak Portuguese and have more than 18 years. For this methodology will be used narrative interviews, with a non-structural form which encourage the subject to speak with deepening on specific aspects, from which emerge stories of life, both the subject and the context in which it appears. For the analysis of the data will be used the method of content analysis. This way, four categories were studied: "We are fruits of immigration: Haitians in the territory of German culture and the lack of racism"; "Education, Labor and identification processes: building a place in Brazil?" and "Brazil: a country of all and for all?"

Key words: Immigrants; Haitian; Motivation; Change of life; Narratives.

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO.....	8
2. METODOLOGIA.....	11
2.1. Instrumentos e Procedimentos	11
2.2. Método de Coleta/Construção dos Dados.....	12
2.3. Método de Análise dos Dados	12
2.4. Considerações Éticas	13
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
3.1 Aspectos Sociais e Históricos da imigração no Brasil e a construção de territorialidades	16
3.2 Discussões sobre Etnicidade, Identidade e Alteridade	17
3.3 Sobre os Processos Migratórios e a Mídiatização	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
4.1 Somos frutos da imigração: haitianos em território de cultura germânica e a inexistência do racismo.....	21
4.2 Educação, Trabalho e Processos Identificatórios: construindo um lugar em território brasileiro?.....	27
4.3 Brasil: um país de todos e para todos?.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	43
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	47

1 . INTRODUÇÃO

O Brasil é um país em que a imigração tem grande parte na sua história. Esse processo ocorre desde a sua colonização, no ano de 1530 com a chegada dos colonos portugueses que vieram com o intuito de dar início ao plantio de cana de açúcar. O que faz com que sejamos um país com emigração, imigração e com Brasileiros que retornam depois de passar longos períodos no exterior. O que vemos hoje não é uma realidade tão diferente de anos atrás, onde muitos imigrantes vinham para o Brasil em busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida. Segundo Zamberlam *et al* (2014, p. 7), “[...] não há só uma busca do imigrante em preencher suas necessidades básicas de sobrevivência, mas há também uma real demanda de empresas que precisam de mão de obra para continuar funcionando e manter seu crescimento econômico”.

Apesar de ainda prevalecer a presença de imigrantes europeus e asiáticos no Brasil, a imigração haitiana vem se tornando um fenômeno de maior dimensão no Brasil, desde o terremoto que atingiu o Haiti no ano de 2010, deixando milhares de mortos, feridos e desabrigados. Muitos acabam enfrentando dificuldades para chegar ao Brasil e, em algumas ocasiões, chegam de forma clandestina. Neste sentido, devemos pensar quais implicações estão presentes nesse processo, visto que:

No processo migratório, quando um cônjuge ou um filho emigra, há uma ruptura de raízes na partida na esfera familiar, comunitária e social. O imigrante na comunidade que o acolhe tem dificuldades por não ter sua estrutura familiar-comunitária para estabelecimento de novas raízes que lhe possibilitam o reequilíbrio emocional e a sua inserção no novo contexto. (ZAMBERLAM *et al*, 2014, p. 57).

Em uma pesquisa feita por Zamberlam *et al* (2014), cerca de 80,6% dos haitianos que vivem no Rio Grande do Sul possuem suas famílias morando no Haiti, onde a comunicação com esses familiares torna-se um impasse, já que nenhuma empresa disponibiliza de instrumentos de informática para que eles possam se comunicar. Outros desafios apontados por ele são o enfrentamento dos preconceitos que existem por parte de algumas categorias sociais, o desenvolvimento de uma convivência com pessoas da comunidade e do trabalho, a adaptação com o clima de inverno e as condições de trabalho, que são, na maioria das vezes, pouco remunerado. Os brasileiros que fizeram parte dessa pesquisa, afirmam que “o impacto que a ruptura das raízes familiares e a inserção de uma nova cultura têm provocado nos haitianos o que se expressa em isolamento, desânimo e saudade” (ZAMBERLAM *et al*, 2014, p. 59).

A escolha dos haitianos pelo Brasil é feita pois além do exército brasileiro estar no país existem empresas brasileiras de construção e de alimentos que produzem lá (GOMES citado por ZAMBERLAM *et al*, 2014). Além disso, existem projetos brasileiros no Haiti que são realizados “pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Haiti [...] cerca de 15 projetos de cooperação foram implementados em prol do desenvolvimento do povo haitiano” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015, s/p).

A pesquisa feita por Zamberlam *et al* (2014, p. 60) mostra que a “maioria absoluta dos haitianos entrevistados carecia de informações sobre a realidade Brasileira”. Alguns brasileiros que participaram dessa pesquisa acreditam que, no início, os haitianos chegaram com o sonho americano no Brasil e acabaram se frustrando, pois a realidade trabalhista que encontraram aqui foi de difícil entendimento.

Muitas vezes, depois de estarem aqui, esses imigrantes encontram contratempos como as questões da linguagem, adaptação e preconceito. Segundo Oliveira (2002, p.59), “podemos supor que a imagem construída no Brasil sobre os imigrantes tem a ver com o contato concreto com os grupos que aqui chegam e com as imagens existentes sobre essas etnias e nacionalidades na cultura das sociedades ocidentais”.

O interesse por compreender melhor esse processo se deu a partir do acolhimento de um imigrante haitiano que havia chegado ao Rio Grande do Sul no ano de 2012. Ele chegou aqui depois de uma viagem com duração de 3 meses em um navio, passando dificuldades como fome, frio e a perda de amigos e conhecidos, que não resistiram ao longo trajeto. Saber de sua história de vida me fez sentir comovida, mas, além disso, busquei, através de uma conversa, possibilidades de ajudá-lo.

Esse relato, de cunho pessoal, é somente mais um entre tantos outros casos de imigrantes que tem chegado ao estado do Rio Grande do Sul. Segundo uma reportagem do jornal Zero Hora, um ônibus com 28 imigrantes haitianos desembarcou na madrugada do domingo dia 26 de julho de 15 na rodoviária de Porto Alegre e, até julho de 2015, 61 imigrantes já chegaram no estado através de um convênio do governo do Acre com o Ministério da Justiça, que cobre os custos do transporte. Além disso, cerca de 800 já se cadastraram no Sistema Nacional de Empregos - SINE somente em 2015. Uma reportagem do jornal “O Alto Taquari”, do dia 18 outubro de 2015, traz a informação de que no Vale do Taquari, vivem cerca de cinco mil haitianos. Eles ainda trazem a informação de que mesmo que alguns queiram voltar para seu país de origem, esse número só cresce.

O contato com essa família de imigrantes e algumas reportagens que saíram em jornais estaduais e locais, fez com que percebêssemos de forma real a quantidade de haitianos que estão vivendo na nossa região, assim como ter um contato direto com as dificuldades que eles enfrentam, possibilitando assim analisar esse processo de mudança.

Por todas as questões trazidas, essa pesquisa teve como objetivo geral compreender as motivações e efeitos produzidos pela mudança de vida em imigrantes haitianos, que tem chegado no Vale do Taquari nos últimos três anos. Foram objetivos específicos desse estudo: identificar como se deu o processo de adaptação dos imigrantes haitianos, no Vale do Taquari; analisar as principais dificuldades e facilidades encontradas pelos imigrantes haitianos ao chegarem no Vale do Taquari; refletir, a partir da ênfase de processos clínicos, sobre as implicações que os processos migratórios em nosso Estado apresentam aos profissionais de Psicologia. Foi utilizado como metodologia entrevistas narrativas, não estruturadas e que encorajam os sujeitos a falar, para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo.

Esse trabalho de Curso apresenta em sua revisão teórica três itens que são: os aspectos sociais e históricos da imigração no Brasil e a construção de territorialidades; discussões sobre etnicidade, identidade e alteridade; e reflexões sobre os processos migratórios e a mediação. Na sequência do texto, apresentamos as categorias que emergiram da análise das narrativas, assim intituladas: “Somos frutos da imigração: haitianos em território de cultura germânica e a inexistência do racismo”; “Educação, trabalho e Processos Identificatórios: construindo um lugar em território brasileiro?”; e “Brasil: um país de todos e para todos?”.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Vale do Taquari, região que é composta por 36 municípios e fica na região central do estado do Rio Grande do Sul, com uma amostra de 4 imigrantes haitianos. Foram incluídos na amostra imigrantes haitianos que possuam mais de 18 anos, independente de gênero e sexo, que compreendam e falem a língua portuguesa e que chegaram no Brasil entre os anos de 2013 e 2015. O estudo do objeto de pesquisa foi mediante uma pesquisa qualitativa.

O Vale do Taquari está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul. Segundo dados da Fundação Econômica e Estatística/RS, em 2013 a ocupação territorial era de uma área de 4.826,7 km² e a população, no ano de 2014, de 348.435 pessoas. Entre as várias etnias das quais está composta a região, as principais são de origem alemã, italiana e açoriana. O Vale do Taquari tem uma ótima localização no estado, sendo um local com fácil acesso a outras regiões.

Na economia do local, destaca-se o setor rural, agropecuário e industrial. São centenas de famílias que se dedicam à agricultura e à pecuária em suas pequenas e médias propriedades, nos municípios menores. Já nos municípios com um tamanho maior, atividades ligadas à indústria, principalmente alimentícia, e ao comércio e serviços se sobressaem.

2.1. Instrumentos e Procedimentos

Destaca-se que esse estudo é de natureza qualitativa, buscando um aprofundamento nas questões levantadas nesse projeto. Segundo Minayo (2007), uma pesquisa possui três fases em que ela passará, a fase onde se amadurece objetivo e se delimita o problema a ser pesquisado, fase exploratória; fase de coleta de dados, onde se coleta as informações que correspondem ao problema; e a fase de análise de dados, onde por fim, se faz a interpretação dos dados coletados.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, um membro da família de Haitianos foi contatado, a qual foi descrita na justificativa desse projeto, para que indicasse um haitiano que se enquadrasse nas informações acima citadas, adotando a técnica de *snow ball*, ou bola de neve, na qual se recruta participantes para a pesquisa a partir de informantes-chave. Foram realizadas entrevistas narrativas com cada participante e a análise dos dados a partir da proposta de Análise de Conteúdo Temática, conforme descritos a seguir.

2.2. Método de Coleta/Construção dos Dados

Pensando em abordar a singularidade dos indivíduos pesquisados e do campo em que ele está inserido, essa pesquisa será qualitativa, sendo que o método de construção de dados utilizado será o de entrevistas narrativas. Segundo Creswell, citado por Muylaert e colaboradores (2014, p.195), esse tipo de entrevista “combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que as narrativas revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmo”.

As entrevistas narrativas são de modalidade não estruturada, com aprofundamento em aspectos específicos, a partir de onde emergem histórias de vida, tanto do sujeito como do contexto em que está inserido. Ela não se limita ao esquema de perguntas e respostas. Conforme Bauer e Gaskell (2002), essas entrevistas visam estimular e encorajar o entrevistado a falar sobre os acontecimentos importantes de sua vida e de seu contexto social.

A entrevista narrativa ocorre por etapas, na primeira delas, a fase de preparação, o procedimento é explicado e deve se ter em mente um tópico para iniciar a narração. O tópico inicial que utilizarei nas entrevistas é: “Gostaria que me falasse sobre os motivos que lhe trouxeram ao Brasil e como está sendo esse processo de mudança desde a sua saída do Haiti”. A narração central, só deve ser interrompida quando se tiver certeza de que a história contada terminou. Com isso, o entrevistador pode realizar algumas perguntas como “Teria mais alguma coisa que você gostaria de me contar?”. Em seguida, pode-se iniciar a fase de questionamentos, onde se utilizará somente questões imanentes, utilizando somente as palavras usadas pelo entrevistado, sem a utilização de “por quê”. Após acontece a etapa de fala conclusiva, onde se desliga o gravador, evitando assim um clima de investigação detalhada, formulando questões que o pesquisador achar necessárias, podendo utilizar o “por quê?” As entrevistas serão gravadas, com o consentimento dos entrevistados, e transcritas para a realização da análise de dados.

2.3. Método de Análise dos Dados

Para a análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo. Essa forma de análise vai além de uma simples técnica de análise de dados, ela representa uma abordagem metodológica, com características que apresenta estratégias próprias. Ela consiste em descrever e interpretar todos os tipos de conteúdo apresentados. Ela pode ser utilizada para pesquisas qualitativa, ajudando a reinterpretar as mensagens e compreender os seus significados, indo além de uma simples análise. Faz parte de uma busca teórica e prática, que

tem grande importância no campo das investigações sociais. Utilizando como estratégia para compreensão das investigações, a intuição e a indução.

Pensando nas questões sociais, ela utiliza valores e linguagem natural do entrevistado e do pesquisador, acreditando que a linguagem cultural e os seus significados, tem influência sobre os dados do qual não se pode fugir. Dessa forma a análise de conteúdo acontece, através das percepções que o entrevistador tem dos dados, fazendo com que ela não tenha uma leitura neutra, partindo do pressuposto de que toda leitura possui uma interpretação.

Conforme Minayo (2007), existem diferentes tipos de análise de conteúdo, das quais possuem três etapas: a primeira pré-análise, a segunda exploração do material e a terceira tratamento dos dados e interpretação. A Análise Temática de Conteúdo, que foi utilizada para essa pesquisa, desdobra-se em suas etapas de pré-análise, onde ela vai explorar os materiais ou as condições, construção do *corpus* e os tratamentos dos resultados obtidos. Nessa etapa acontece a compreensão, formulação e reformulação das hipóteses ou pressupostos. O pesquisador terá que ter um contato direto e forte com materiais do campo, onde poderá surgir relações entre as hipóteses iniciais, as hipóteses emergentes e as teorias relacionadas ao tema.

Na etapa da exploração do material, acontece a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores. Segundo Minayo (2007), a categorização consiste em um processo de organizar o texto em palavras e expressões que possam ser significativas. A Análise Temática tradicional, inicialmente trabalhará recortando o texto em partes que podem constituir frases, temas, palavras, personagens e acontecimentos.

Por fim, o pesquisador terá que interpretar os dados brutos, estabelecer os quadros com resultados e enfatizando os pontos principais fornecidos pela análise. Escolhendo a forma para essa realização por meio de índices, propondo deduções e fazendo as interpretações, relacionando com o quadro teórico inicial e até mesmo mostrando outras pistas frente a novas dimensões teóricas e de interpretação (MINAYO, 2007).

2.4. Considerações Éticas

A presente pesquisa foi desenvolvida de acordo com as diretrizes para pesquisas realizadas com participação de seres humanos. Essa também se compromete com os fundamentos éticos e científicos da resolução que fala sobre o respeito com a pessoa participante, considerando a sua autonomia e liberdade de escolha, frente à participação ou não na pesquisa; o reconhecimento de possíveis riscos e benefícios, além da segurança de que possíveis riscos e danos previsíveis serão evitados; e a importância social da pesquisa (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

Em relação aos benefícios, consideramos que essa pesquisa se traduz em benefícios indiretos. Os participantes não receberão dinheiro ou qualquer forma de pagamento por sua participação. No âmbito acadêmico, essa pesquisa pretende ampliar o conhecimento dos profissionais de psicologia frente às questões da imigração, produzir conhecimento sobre o assunto da imigração que está muito presente na atualidade, bem como permitir um espaço de reflexão acerca de problemáticas atuais. Assim como em relação aos benefícios, os riscos também são indiretos. Como o método adotado (entrevista narrativa) pode trazer à tona uma série de lembranças, que podem ser desagradáveis ao participante, estas podem ser consideradas como riscos potenciais.

Considerando que toda pesquisa pode apresentar danos e riscos na esfera psicológica, social e moral dos participantes, acredita-se que a proposta metodológica dessa pesquisa demonstre a nossa preocupação a fim de evitar tais prejuízos. Em situações em que os sujeitos se sintam desconfortáveis para falar sobre essas questões, risco presente nessa pesquisa, eles tiveram a liberdade de optar por continuar ou não na pesquisa, bem como a assistência e escuta ofertada pelo pesquisador, conforme a resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Todos os sujeitos que participarem da pesquisa tiveram uma explicação quanto à metodologia e receberam uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), o qual foi assinado. Serão informados também da possibilidade de publicação dos resultados e apresentações em Jornadas Científicas. Os instrumentos foram utilizados exclusivamente para esta pesquisa, mantendo o sigilo sobre a identidade dos participantes dessa amostra.

Após a apresentação pública do trabalho, será feito um contato com cada participante para avaliar o interesse de um retorno. Por fim, será marcada uma data e um local para que a devolução possa ser feita. Os participantes serão informados da disponibilidade de acesso aos resultados já durante a entrevista. Os dados coletados serão arquivados pelo professor orientador da pesquisa junto ao Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul, devendo ser incinerados após cinco anos.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao propor uma discussão relacionada à temática da imigração, há que se considerar as diferentes implicações relacionadas a este contexto, especialmente por se tratar de um assunto que envolve uma amplitude de aspectos formativos e discursivos relacionados a fatores sociais, culturais, históricos e singulares envolvidos.

Neste sentido, é prioritariamente essencial discutir o conceito de imigração, considerando aspectos teóricos que compõem a historicidade da palavra e as diversas transformações na coloquialidade relacionada a ela. De modo geral, imigração “[...] indica uma dimensão particular da migração internacional que pressupõe a fixação de pessoas e grupos em um país estrangeiro - a síntese encontrada nos dicionários etimológicos e enciclopédias” (SEYFERTH, 2013, p. 120).

Embora a colocação posta acima desenhe um entendimento geral e bastante comum relacionado ao termo, outras dimensões podem ser pensadas sobre a colocação da palavra e as transformações advindas a partir de suas representações. Seyferth (2013) faz uma discussão sobre significados conceituais e implicações subjetivas relacionadas ao termo e considera que:

As construções teóricas que envolvem a migração mostram a dificuldade na formulação de uma única teoria para explicar um conjunto heterogêneo de fenômenos sociais, econômicos, demográficos e político que, de diversas formas, o interesse das diferentes disciplinas nas áreas de Geografia e Ciências Humanas e Sociais. Daí a variedade de expressões conceituais usadas, muitas vezes sob a forma de duplas (migração interna / internacional, permanente, migração temporária / colonização / trabalho, legal / ilegal) [...]. (SEYFERTH, 2013, p. 126).

A este fator relacionado à significação da palavra, implica considerar que, tratando-se de um fenômeno que envolve diversas instâncias conceituais e diferentes transformações relacionadas ao seu entendimento, é imprescindível discutir as representações da palavra e do fenômeno da imigração na vida social. E também na singularidade de cada indivíduo que vivencia este processo, bem como, das implicações na interface destas questões com a prática clínica em Psicologia.

Podemos perceber que esses fenômenos migratórios têm apoio jurídico no Brasil, o princípio número 2 do artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem diz que “Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país”.

No Brasil, a Constituição Federal Brasileira deixa proclamado em seu artigo 22 que “compete privativamente à União legislar sobre: XV - emigração e imigração, entrada,

extradição e expulsão de estrangeiros”. No artigo 1º da Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980 se diz que “Em tempos de paz, qualquer estrangeiro poderá satisfazer as condições desta Lei, entrar, permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais”.

Considerando os aspectos tratados acima, vamos discutir três eixos fundamentais, os aspectos sociais e históricos da imigração no Brasil e a construção de territorialidades, uma breve discussão sobre Etnicidade, Identidade e Alteridade e Sobre os Processos Migratórios e a Miatização.

3.1 Aspectos Sociais e Históricos da imigração no Brasil e a construção de territorialidades

Embora os processos imigratórios façam parte de particularidades características da atual sociedade, envolta pelos contornos influentes da globalização, os movimentos migratórios estiveram presentes ao longo da história e demarcaram impactos no contexto social, cultural, histórico, relacional e singular da vida humana.

Segundo Bonassi (2000) o início da imigração no Brasil foi marcado pelo processo de chegada de portugueses e africanos trazidos como escravos em prol ao movimento de expansão da colônia, especialmente como força braçal de mão de obra agrícola. Este processo foi marcado pela escravidão, pela crueldade e por diversos conflitos frente o trabalho escravo de imigrantes que chegaram no território Brasileiro.

Posterior a isso, imigrantes de várias regiões do mundo vieram para o Brasil, ora em busca de um espaço de trabalho e de vida, ora como promessa de melhoria para o país. “O uso dos termos imigração e imigrantes como sinônimos de um “Brasil melhor” pode remontar às décadas da entrada de imigrantes em massa, fenômeno que teve início no século XIX” (LESSER, 2014, p. 02, grifos do autor).

Desta forma, a imigração foi tomando forma e a entrada de estrangeiros no Brasil delineou a marca de um processo de transformação econômica e social.

A chegada e fixação de milhares de imigrantes europeus foi um dos elementos e uma das características mais espetaculares das profundas transformações, quantitativas e qualitativas, pelas quais passou a cidade de São Paulo a partir de finais do século XIX. Com aproximadamente 32.000 habitantes em 1872, a capital do estado chega a 600.000 habitantes em 1920. (LANNA, 2012, p. 05).

Frente a este processo imigratório, implicações culturais, sociais e identitárias renomearam características da história do Brasil, sendo que “os conceitos de imigrantes e imigração não se restringem aos estrangeiros que se instalaram aqui, pois englobam a crença

de que os descendentes continuam a aperfeiçoar a identidade nacional” (LESSER, 2014, p. 03). Este processo, por vez, permanece em constante transformação e a chegada de emigrantes no país continua a caracteriza-lo enquanto um país de diversidades, por vez, necessárias de serem pensadas, especialmente pelo caráter implicativo relacionado a todo processo envolvido.

3.2 Discussões sobre Etnicidade, Identidade e Alteridade

O processo migratório corresponde a uma mudança que contempla aspectos multifatoriais de impacto, seja na vida do indivíduo imigrante, do grupo que o acompanha e do grupo que o recebe em determinada região do mundo. A este processo, de complexa relação, diferentes determinantes se instauram na produção identitária do indivíduo e do coletivo. Mungoi (2012) aponta a complexidade referindo o envolvimento da “[...] dimensão subjetiva da construção e reconstrução das identidades sociais dos sujeitos” (MUNGOI, 2012, p. 125).

Desta forma, os aspectos sociais e culturais fazem parte determinante do processo de imigração, seja no que se refere ao indivíduo ou ao coletivo, e estão diretamente ligados a importantes instâncias de saber prático que implementam dinâmicas de reconhecimento e construção de espaços de sociabilidade. Seyferth (2011), ao discorrer sobre a dimensão cultural da imigração, aponta que:

O fenômeno migratório também produz etnicidade, palavra-chave nas análises de sistemas interétnicos amplamente usada nas últimas décadas com implicações nas políticas de reconhecimento (inclusive aquelas associadas ao multiculturalismo e aos direitos de minorias). A delimitação teórica agrega a identidade (e seus aspectos subjetivos) e a noção de fronteira (social) que delimita o pertencimento a um grupo ou comunidade. Na prática, são enfatizados discernimentos sobre a simbólica da diferença cultural e os valores que orientam comportamentos. (SEYFERTH, 2011, p. 47).

Partindo do pressuposto de que todo indivíduo interage socialmente, podemos ser capazes de apreender o outro em sua dignidade, em seus direitos e também na diferença.

No processo de construção do outro, identidade e diferença estão intimamente relacionadas [...] a identidade e a diferença apresentam-se como um par de oposições que caracterizam os processos de subjetivação humana e de construção da alteridade. (CASTRO et al, 2006, p. 433).

Segundo Castro e colaboradores (2006), a identidade, então, pode ser definida como o que compõe o encerramento que está a serviço do indivíduo e estaria caracterizada pela

cultura em que ele está inserido. Elas são construídas pelos discursos de representações e podem proporcionar equilíbrio, por estarem relacionadas a apontamentos comuns entre os sujeitos. Pensando por outro ponto de vista, essa diferença também vem para confundir os encerramentos, conforme aponta Woodward (2000, p.14), “a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades”.

Dessa forma, se torna imprescindível adentrar as discussões sobre a imigração tendo em vista o composto multifatorial que o atravessa, seja no que se refere ao cenário que recebe o imigrante, seja no que se refere ao próprio indivíduo que adentra um novo espaço para construção de sua história e para a promoção da vida.

3.3 Sobre os Processos Migratórios e a Mdiatização

Entre os atravessamentos que integram a vida e a produção de subjetividade de milhares de imigrantes no mundo, há que se considerar que a produção midiática a esse respeito tem tido voz ativa e polifônica, tanto para quem migra de um país a outro, quanto para quem recebe aquele que migrou.

No Brasil, embora os imigrantes Haitianos tenham chegado em maior número no ano de 2010 – visto as interferências diretamente relacionadas ao terremoto que devastou o país naquele ano –, foi em 2011 que este fator passou a ter destaque nas mídias brasileiras. Cogo e Silva (2014) apontam para o fato de que os pareceres midiáticos descreviam inicialmente para a imigração dos haitianos como sendo uma “fuga” do país de origem relacionada à tragédia do terremoto.

O que a mídia - num primeiro momento – tratava como “fuga” migratória dos Haitianos para o Brasil, passa, em 2012, a ter uma conotação de “invasão”, diluída por vozes ativas da imprensa nacional e também de terceiros que ativavam suas vozes através das produções midiáticas, ganhando visibilidade frente o processo (COGO; SILVA. 2014).

Destaca-se desta forma, a influência da mídia frente os processos migratórios, visto a intensidade com que suas narrativas ganham força perante à população que recebe os imigrantes, a construção de políticas migratórias e todo o processo de cidadania envolvida.

As disputas de sentido em torno da imigração haitiana instauradas na mídia brasileira nos últimos quatro anos de presença dessa nova imigração no país colaboram para reafirmar que os espaços midiáticos são lugares de construção e proposição de modos de vivenciar a alteridade representada pelos imigrantes e, nesse sentido, também instâncias de debate e formulação de políticas migratórias envolvendo a cidadania das migrações internacionais. (COGO. SILVA. 2014. p. 12).

Considerando as implicações da mídia no processo migratório, torna-se imprescindível problematizar o que é reportado através dela e a força que ela tem sobre a formação da opinião pública referente o assunto, considerando que esta é uma importante questão frente o processo de acolhimento do imigrante no país para o qual se destina. Dadalto (2011, p. 76) refere-se ao jornalista como sendo “[...] um dos artífices da elaboração cotidiana da história de milhares de pessoas em todo o planeta que deixam família, amigos, experiências para construir uma nova vida, em outra cidade, em outro país”.

Se, por vezes, o fator midiático interfere diretamente na opinião pública, por vezes também ganha uma conotação de poder na elaboração de estratégias e políticas públicas relacionadas ao assunto. Essa condição corrobora para a inferência de risco relacionado ao que é produzido e transferido à população geral. Cogo e Silva (2014) apontam para produções transitadas na mídia nos últimos anos, bem como, da influência destas em espaços diversos relacionados ao assunto.

A dimensão de risco e descontrole que volta a marcar a cobertura midiática sobre o ingresso de haitianos sugere a reinstauração de uma ambiência securitária e criminalizadora que visa o controle dessa imigração, ao mesmo tempo em que contribui para expor, no âmbito do debate público, as repercussões da intervenção geopolítica do Brasil no Haiti. Ressurgem, assim, indagações sobre a responsabilidade e atuação do Estado e governo brasileiros nos processos de recepção e permanência desses imigrantes [...]. (COGO. SILVA. 2014. p. 11).

As mensagens subliminares e os números trazidos a partir das produções midiáticas atentam para o imigrante em instâncias separadas do que se refere à subjetividade e reestruturação do sujeito na inserção de uma nova cultura, o que deixa a desejar, já que, para além do que se compõe a estrutura e inferência econômica numérica, estão vidas e histórias a serem contadas. Dadalto (2011, p. 81) aponta que “O jornal, por sua vez, é o espaço simbólico dos invisíveis, milhares que se transformam em números – em alguns momentos anunciadamente indesejados, tal como acontece com os haitianos no Acre”.

Desta forma, parece, em maioria, haver um distanciamento sobre as narrativas singulares e de espaços de vida de cada sujeito e do contexto do qual emergiu e no qual constituirá novas formas de vida e de cultura. Dadalto (2011, p. 78) aponta que a “[...] representação do imigrante atual subliminarmente o dissocia de um contexto histórico e sociocultural e o vincula à condição de um intruso cujo valor não está atrelado a um objetivo de ordem política racional”.

Destaca-se, então, a importância de olhar para o sujeito imigrante contemplando instâncias de vida variadas, o que, certamente, direciona-se também ao olhar de quem tem força na formação de opiniões – as mídias. Dadalto (2011) evidencia ainda que estas:

São questões de grande complexidade e que estão diretamente relacionadas à alteridade e sobre como a sociedade se pensa e pensa o outro. Ou seja, sobre como constrói e representa o mundo, e compartilha essa representação; e sobre como o discurso da mídia vai trazer à tona o senso comum ou questioná-lo, para promover sua mudança. (DADALTO, 2011, p.81).

Contudo, o que é trazido na mídia geral e, especialmente, na mídia de massa, tem um fator contribuinte na formação de opiniões e demais estratégias relacionadas a imigração, por isso o caráter de urgência frente as problematizações e constatações relacionadas a este âmbito, especialmente no intuito de promover transparência e delineamento eficaz dos processos migratórios no mundo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O material produzido nas entrevistas narrativas realizadas com os imigrantes haitianos foi transcrito e organizado. A fala se iniciou a partir de uma pergunta em acordo com o objetivo da pesquisa, que foi “Gostaria que me falasse sobre os motivos que lhe trouxeram ao Brasil e como está sendo esse processo de mudança desde a sua saída do Haiti”.

Com esse processo, foram levantadas algumas categorias temáticas que mais chamaram a atenção a partir do discurso dos participantes. Para a organização do material foram feitas releituras das entrevistas e transcrições completas de todo o material. Considerando as categorias levantadas, vamos discutir três que foram fundamentais, as questões relacionadas ao preconceito enfrentado por eles, a busca por uma identificação no Brasil através do trabalho e da educação e ainda questões legislativas que aparecem de forma ambivalente.

4.1 Somos frutos da imigração: haitianos em território de cultura germânica e a inexistência do racismo

Na história da humanidade, acontece, frequentemente, de que com uma breve descrição ou afirmação de um grupo com estranhos, diferentes e ou estrangeiros, já basta para definir previamente ou definitivamente os mesmos, sem a busca de qualquer tipo de contato ou conhecimento. E o que se problematiza é que, na maioria das vezes, nenhum contato irá conseguir desfazer ou questionar a definição feita anteriormente. E essas definições prévias que não nascem do conhecimento do outro e sim de uma hostilidade, do desconhecimento ou distância chamamos de preconceito. O preconceito é um conceito prévio que se dá antes mesmo de qualquer outra relação de conhecimento (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

É um conceito apressado, uma opinião, uma descrição, uma explicação, uma caracterização, que vem antes de qualquer esforço verdadeiro no sentido de entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade. O preconceito quase sempre fala mais de quem o emite do que daquele contra qual é assacado, pois o preconceito fala dos conceitos da sociedade ou do grupo humano que utiliza. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 11).

Em um território com a presença forte da cultura germânica, os haitianos que chegam à região do Vale do Taquari deparam-se com relações comunitárias pautadas nas distinções entre “nós” e “eles”, “nativos” e “estrangeiros”. Bauman nos ajuda a refletir sobre isso ao afirmar que,

Com as distinções entre “nós” e “eles”, “aqui” e “lá”, “dentro” e “fora”, “nativo” e “estrangeiro”, frequentemente assistimos à delimitação de um território para o qual se reivindica regra exclusiva e a intenção de oferecer segurança contra toda competição em nome de uma cultura estabelecida e sem problemas. A tolerância cultural costuma ser exercitada à distância. (BAUMAN, 2010, p. 213).

O Brasil já foi caracterizado como neutro em relação à discriminação racial e ao preconceito. Mas estudos recentes mostram que existe um realce entre ideologias e utopias raciais marcantes no país, que foram construídas no passado por brancos da elite e escravistas, e a realidade racial. Isso se refere a todas as minorias étnicas, raciais e nacionais, onde se incluem os imigrantes haitianos. Isso se dá, principalmente, quando estes não conseguem alcançar os critérios socioeconômicos dominantes das classes altas. Além de ser individualmente apropriada quando se fala de negro e mulato. A escravidão se desenvolveu de diversas formas ao longo dos tempos, nos locais onde aumentou a economia exportadora em vinculação com o trabalho do escravo. O mesmo iria acontecer nas regiões onde o crescimento econômico estivesse ligado a imigração, ao trabalho livre e a competitividade (FERNANDES, 2007).

Não se entende a situação do negro e do mulato fazendo-se *tabular rasa* do período escravista e do que ocorreu ao longo da instauração da ordem social competitiva. A Abolição não afetou, apenas, a situação do escravo. Ela também afetou a situação do “homem livre de cor”. Na verdade, a abolição constituiu um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. (FERNANDES, 2007, p. 66, grifos feitos pelo autor).

Para Fernandes (2007, p. 104, grifos do autor), “o Brasil vive, simultaneamente, em várias “idades histórico-sociais””. Isso vai depender da região do país em que se localiza e do grau de desenvolvimento das comunidades de uma mesma região. Podemos perceber um cruzamento entre passado, presente e futuro que se confundem e, com isso, somente se deslocando podemos passar de um estágio a outro.

Albuquerque Júnior (2012) afirma que para compreendermos melhor o preconceito é importante também que conheçamos a forma como aconteceu a construção do Estado Nacional Brasileiro, onde as relações sociais se deram a partir da economia e política, e a sua formação histórica foi assentada no trabalho escravo. O negro, que ao contrário do indígena que se escondeu nas partes mais retiradas do país após serem reduzidos em grande número, chegou em grande escala, sendo maior que a população que se considerava branca. E assim:

Desde que a revolução haitiana mostrara o perigo que podia representar esta desproporção entre brancos e negros, as tensões e o medo da elite branca pareceram aumentar, ao longo do século XIX. O negro que fora, durante muito tempo, a

solução para a falta de braços nas lavouras de exportação ou na atividade mineratória, invadira todo o cotidiano de uma sociedade dominada por uma elite que, em grande medida, desprezava o trabalho manual, que não se dispunha a carregar um pote pelas ruas, por considerar aviltante, que dependia do escravo para quase todas as atividades mais comezinhas, fosse no campo ou fosse nas cidades. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.57).

Atualmente, no Brasil, percebemos que as pessoas são estigmatizadas por diversos motivos, e o local onde habitam, dentro do país e nas cidades, é um deles. A geografia do país é de exclusão e de medo, marcada por cercas e muros. Temos um país de grupos sociais caracterizados pelo modismo, ondem há grande circulação para a busca de melhores condições de vida e emprego, e estes são vistos como intrusos. E assim como os próprios brasileiros dentro do Brasil, os imigrantes haitianos, não possuem um território próprio, sendo que “[...] muitas vezes apenas a lembrança e a saudade vaga de uma terra que um dia nasceram, que carregam consigo aonde vão, tendo que permanentemente reconstruí-la em sua memória, através de seus relatos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.89).

“Vivendo numa sociedade estrangeira e falando uma outra língua, tendo outra realidade e pegando outra cultura, então tudo é novidade né. E nesse sentido é ruim né e também com a obrigação de se adaptar tem que se adaptar, então é isso que é ruim.” (Pedro, 29 anos).¹

Silva (2007) fala que as identidades nacionais, também entendidas como identidades culturais, se deram junto com o processo de criação do Estado Nação da modernidade. O histórico dessa construção permite compreender de que forma o discurso padronizado do Estado Nação foi associado com a noção de diferença, atribuindo à população uma organização social tradicional. Diversos elementos foram levados em conta no processo, e entre eles se destaca “[...] a língua nacional, a história e a “raça” como articuladores da categoria de “povo unificado” (SILVA, 2007, p.84).

Para Bauman (2003, p. 83, grifos do autor) a “perspectiva da ‘Nação Estado’ culturalmente unificada e homogênea, as diferenças de língua ou costume encontradas no território da jurisdição do Estado não passavam de relíquias quase extintas do passado”.

Os discursos e significações que compõem o cenário brasileiro relacionado ao racismo perpassam espaços sociais, culturais, econômicos e políticos distintos, provindos de uma historicidade racial que molda campos discursivos e simbolizações de vida nas diversas relações dos sujeitos. A marca social do racismo permeia a história do Brasil de Norte a Sul e pode ser constatada nos discursos dos Imigrantes Haitianos que estabeleceram morada na

¹ Todos os nomes utilizados são fictícios, com o intuito de preservar a identidade dos participantes.

Região do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul. Na frase que segue, Joaquim, 26 anos, haitiano que reside no Brasil há 4 anos, descreve o preconceito racial por vezes descrito em palavras, por vezes mascarado e implícito nas expressões e nos modos de se relacionar com seus pares.

“O povo negro é sempre mal visto para os brancos, e ainda aqui vamos dizer a gente uma região germânica onde tem muitos alemães, italianos ainda pior e verbalmente a gente não percebe muito isso, esse preconceito, por que isso hoje em dia é crime tem os direitos humanos que ajudam nesse sentido. As pessoas não falam muito, mas pelo comportamento das pessoas dá para perceber que o preconceito existe”. (Joaquim, 26 anos).

As palavras de Joaquim deixam expressa a marca de um contexto social assinalado por séculos de racismo e preconceito. Conotam o desvelar de uma sociedade que traz nas expressões e nas relações de vida o âmbito destas marcas, tornando ainda mais difícil e custosa a vida de quem migra de sua terra de origem para escrever uma nova história em terra distante.

Embora não se possa negar que o protagonismo do movimento negro tenha tido êxito ao longo da história, os fatores sociais e a própria conotação do sujeito negro como sendo diferente em meio ao sujeito branco e vivenciando ressignificações sociais – de trabalho, educação, cidadania e direitos humanos – distintas dos demais sujeitos com os quais mantém relação, continua a demarcar um cenário antes já visto e assinalado pelo racismo. Ciconello (2008, p. 02) aponta que “a estrutura racial existente no Brasil mantém privilégios e alimenta a exclusão e as desigualdades sociais”. Este fator opera na problematização e na complexidade dos processos de inclusão e na constituição de uma democracia igualitária.

Os Haitianos que estabeleceram morada na região do Vale do Taquari e que participaram da presente pesquisa, trouxeram o preconceito como sendo uma das principais dificuldades enfrentadas desde a chegada em território brasileiro, moldando inclusive a forma de se presentificarem nos espaços sociais de educação, trabalho, lazer e convivência com os demais. Este fator pode ser identificado nas falas que seguem,

“E no pensamento dos brasileiros a gente percebe o preconceito como que para os brasileiros os imigrantes principalmente os negros, eles podem só fazer o trabalho de mão de obra mais braçal. Como se for negro não tem conhecimento, o negro não estudou, o negro é ignorante”. (Joaquim, 26 anos).

“E entre nós tem bastante profissionais tem pessoas que tem linguistas, tem professores, tem pessoas que falam línguas, que nem eu, eu falo seis línguas e o Joaquim (outro haitiano entrevistado) fala cinco, e tem enfermeiras também e tem economistas, contador, tem de tudo né, porque um país. Mas pra eles nosso lugar é na produção, que é no trabalho braçal, tudo bem né, é um serviço digno e todos

precisam fazer não importa quem for. Mas só que é ruim também colocar alguém neste lugar e dizendo que este é o teu lugar, aí que ruim porque nós cada vez que nós chegamos em uma empresa a primeira opção, a primeira oferta é isso né. E mesmo que tivesse muitas vagas nas outras áreas, é nossa oferta, é produção serviço mas braçal é assim. Então para ele o único trabalho que nós podemos fazer trabalho físico, trabalho intelectual nós não somos capazes de fazer nada daí é isso que para nós é uma decepção, porque lá nosso país, não é só no Haiti, eu já vinha outros países, eu nunca fui tratado desse jeito”. (Pedro, 29 anos).

Os discursos de Joaquim e de Fernando trazem as marcas do preconceito nas diferentes relações que estabelecem no dia a dia, marcas estas expressas não apenas no discurso verbal, mas nas feições e expressões de cada um deles ao pronunciarem o assunto durante as entrevistas.

O ideal de uma democracia igualitária e de uma resposta concisa para as questões raciais vem fazendo parte da história do Brasil ao longo de décadas, seja a partir de movimentos sociais, estruturação de leis e diretrizes que respaldem este cenário, ou de campanhas publicitárias que trabalham com a temática, porém, o ideal igualitário ainda está longe de ser alcançado. Fernandes (2007, p. 21) aponta que “ao mesmo tempo que convivemos, não com a realidade, mas com um ideal de democracia racial, um racismo brutal vigora entre nós”.

Neste sentido, a chegada e a convivência dos Haitianos no Brasil fica demarcada por estes fatores raciais, o que implica em um processo de sofrimento que transcorre a história e se presentifica até os dias atuais na vida dos imigrantes e negros que estabelecem morada em território brasileiro. Ciconello (2008, p. 02) descreve em sua discussão sobre a temática que:

O Brasil nunca se constituirá em um Estado verdadeiramente democrático, livre e justo, sem superar o racismo, permitindo que a população negra seja integrada de forma emancipada e digna na sociedade, sem ocupar os tradicionais espaços subordinados a que vem sendo relegada.

Há que se concordar que, mesmo tendo tido êxito e revelado lapsos esperançosos para a igualdade racial a partir das lutas e da busca de democracia por parte dos movimentos negros, o Brasil, embora um país que se recriou na mistura das raças, ainda tem muito o que refletir e propiciar em termos de cidadania para todos. Santos (2002) deixa uma pergunta que faz questionar este fator e refletir sobre os processos constituintes do racismo histórico do Brasil. “E quais seriam as necessidades, desejos e experiências que fizeram com que a ideologia racista fosse tão bem aceita em um país como o Brasil, sabidamente marcado pela mistura entre povos?” (SANTOS, 2002, p. 61).

Neste contexto, é possível problematizar a noção de identidade hierárquica e as suas implicações nos processos de sociabilidade. Para Silva (2000), quando dividimos, separamos, classificamos, normalizamos, a diferença se sobressai em hierarquia. Utilizar uma identidade determinada como norma é uma forma privilegiada de hierarquizar as identidades e as diferenças, pois colocar algo como normal é atribuir à identidade características positivas, em relação as outras que assim são avaliadas como negativas.

Uma das questões levantadas por diferentes autores que investigam os fenômenos raciais no Brasil (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009; FERREIRA, 2002) é o racismo velado e as consequências deste fator para a sociedade. Conforme Figueiredo e Grosfoguel (2009, p. 228), “[...] os brasileiros têm preconceito de ter preconceito”. Este fenômeno demonstra que, embora os sujeitos identifiquem preconceito na sociedade onde vivem, não se dizem preconceituosos. Os autores discutem esta questão e pontuam que:

Ainda que a maioria dos brasileiros reconheça que o Brasil é uma sociedade desigual racialmente, há controvérsias não somente acerca dos motivos ou da origem da desigualdade racial e da forma de combatê-la, mas ainda em relação à enorme dificuldade de identificar práticas racistas no cotidiano da sociedade brasileira. (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009, p. 228).

O fato de não elaborar o próprio preconceito faz emergir na sociedade uma categoria relacional obscura frente o racismo, o sujeito que não identifica as próprias ações preconceituosas, permite que estas estejam implicadas nas mais variadas formas de estar com os demais.

Constata-se, a partir das frases dos entrevistados desta pesquisa, descritas acima, que, embora não percebam com tanta notoriedade o preconceito na forma verbal, as atitudes preconceituosas aparecem nos gestos, nas articulações, nos modos de viver e na prática relacional cotidiana, por vezes de forma aparente, por vezes a partir de manifestações implicadas de forma ofuscada em cada sujeito de forma distinta.

Frequentemente, quando somos excluídos, tendemos a interpretar a exclusão a partir da classe, e não da cor. Essa dimensão das representações sobre a sociedade brasileira dificulta não só a visibilidade de práticas racistas em nosso cotidiano quanto contribui para a rejeição a políticas públicas voltadas para segmentos específicos da população com base na cor/raça. (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009, p. 229).

Notoriamente, constata-se que, além da não identificação dos modos preconceituosos, “[...] os brasileiros estão convencidos da existência do preconceito e da discriminação raciais, mas, na maioria das vezes, eles não acreditam que isto afete mais profundamente a vida

daqueles que são discriminados [...]” (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009, p. 229). Este fator implica na própria conduta e nos modos de conviver em sociedade. Desta forma, conforme Figueiredo e Grosfuguel (2009, p. 229) “não só o Brasil é um país em que existe racismo sem que haja racistas, como o racismo é visto como algo abstrato”.

As relações de preconceito e discriminação se manifestam em espaços diferentes e com conotações diversas. Por vezes, estão implicadas na fala, nas gestões, na própria legislação e nos aspectos de vinculação entre pares. Se por um lado podem ser aparentes para ambos os sujeitos em relação, os processos discriminatórios também podem passar despercebidos – considerando estarem implicados, entre outros, por uma conotação histórica e cultural – fazendo com que, em muitos casos, não seja nem ao menos pensada/observada por quem a integra em uma relação de contato discriminatória. Este processo implica em dificuldades e sofrimento para os sujeitos que buscam igualdade de cidadania, emprego, educação, moradia, lazer, saúde, relação, entre outros.

4.2 Educação, Trabalho e Processos Identificatórios: construindo um lugar em território brasileiro?

O contexto da imigração no Brasil, como já discutido anteriormente, apresenta-se sob uma ótica complexa construída a partir de uma dinâmica histórica, cultural, política e social bastante características. As dificuldades enfrentadas durante as rotas de destino, a chegada no Brasil, a aquisição de vistos de permanência e residência, as fragilidades na legislação respectiva, a discriminação e outros contornos, são alguns dos obstáculos encontrados por imigrantes que se destinam ao Brasil. Esses obstáculos são também constituídos por questões étnicas e identitárias.

Segundo Barth (1969), citado por Teixeira (2003), a etnicidade deve ser vista como um processo subjetivo de identificação a um grupo onde os sujeitos usem os rótulos étnicos para definir a interação com grupos. Para Castells (2003), a construção do conceito de identidade, tem significado em um atributo cultural, ou em vários atributos culturais relacionados, uma identidade múltipla pode estar presente em um determinado indivíduo. Essa pluralidade causa tensão e incoerência na auto-recepção e na ação social. É importante saber a diferença entre os papéis (ser mãe, jogadora, vizinha, filha...) que influenciam nos comportamentos das pessoas, do que é identidade, elas constituem significados.

Salienta-se nesta discussão uma característica aparente durante o processo de produção de dados da presente pesquisa, a qual se refere aos segmentos educacionais e a problemática

estabelecida em seu entorno, principalmente pela fragilidade e a obscuridade que sustentam e circulam em torno destes processos para os imigrantes já em território Nacional Brasileiro.

Os discursos trazidos pelos imigrantes implementam, além de outras características, a continuação dos estudos como sendo um motivador para a vinda ao país. Constata-se, porém, que a dificuldade de ingresso, permanência, certificação da constatação de realização de curso internacional e legitimidade de curso realizado em país de origem, são limitações presentes para os imigrantes.

Embora a legislação brasileira aponte uma “educação para todos”², os processos educacionais constituintes da vida dos imigrantes no Brasil tem tido um aporte distante desta perspectiva. Waldman (2012) constata, após análise da legislação educacional vigente no país, que embora a lei confira o direito de todos à educação, com relação aos estrangeiros, especialmente àqueles que residem no país indocumentados, “[...] é preciso observar se este acesso universal à educação escolar brasileira é, efetivamente, proporcionado a esta população de imigrantes no país”. (p. 82).

Nas falas trazidas pelos imigrantes, participantes desta pesquisa, fica evidente a fragilidade e o empeco relacionado ao ingresso na educação brasileira, principalmente o contexto universitário. Abaixo, seguem ilustrações destas falas, trazidas por João e Pedro:

“Nós precisamos uma oportunidade de entrar na faculdade, fazer faculdade, porque tem muitos haitianos que tem conhecimentos também”. (João, 29 anos).

“Porque nos outros países o que que eles fazem? Fazem um relatório, tu diz que tu é capaz de fazer tal coisa, traz o teu diploma, traz a tua formação o teu certificado, o que é que eles fazem, eles te dão a prova, porque a prova vai, é por isso que chama prova, vai provar tudo, vai provar se tu já sabe alguma coisa ou não. E daí através da prova eles vão ver a tua capacidade, mas aqui nem prova existe, não existe prova, só” tu não é capaz de fazer isso, coloca teu ponti (prontuário) aqui. Então isso aqui, isso é um preconceito pra nós, na minha opinião”. (Pedro, 29 anos).

Constata-se que para além dos processos burocráticos obscurecidos, os Haitianos que vem ao Brasil encontram um contexto insuficiente de avaliação de desempenho e certificação de conclusão de cursos realizados em país de origem. Ou seja, a conclusão de curso, já ocorrida em país de origem, sofre burocratização demasiada e, por vezes, insuficiência relacionada à equivalência no Brasil, tornando inoperacional os processos de utilização deste certificado, ou produzindo inconstâncias relacionadas à produção de saber em território Nacional.

² A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Artigo de número 87, Parágrafo 1, fala que “A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”.

Há que se considerar a importância de uma avaliação de equivalência voltada a cursos de graduação e demais graus de ensino realizados em território nacional e internacional. O propósito desta discussão não se refere a um posicionamento contrário a isso, mas ao fato da intensidade demasiada e da obscuridade na legitimação dos processos educacionais vindos a partir dos estrangeiros no Brasil. Em outras palavras, embora tenham concluído determinadas etapas educacionais em outro país, muitos imigrantes passam por processos de análise intensa de seus certificados de conclusão e, por vezes, desvalorização de seu conhecimento técnico/científico, tanto no decorrer destes processos e possível ingresso em novo curso ou continuação do mesmo em território Nacional, quanto na avaliação para obtenção de emprego voltado a área. Neste processo, não há como negar a insurgência de um processo de sofrimento voltado a este contexto de modo geral e singular. (WALDAM, 2012).

É nesta perspectiva de análise que se pode problematizar as questões relacionadas à educação enquanto direito Universal, bem como os contornos relacionados a ela, observando as fragmentações de aceite e valorização de ensino e certificação de estrangeiro antes de estar em território Nacional. Considerando que a composição legislativa não comporta a realidade vivenciada pelos Haitianos que participaram da pesquisa e, certamente, de muitos outros estrangeiros residentes no Brasil. Waldman (2012) descreve que,

O Brasil, desde 1968 se comprometeu internacionalmente a eliminar e prevenir qualquer forma de discriminação no campo do ensino, o que sugere que não poderia haver nenhuma modalidade de exclusão para qualquer pessoa se matricular e permanecer em estabelecimento de ensino no país. A educação é declarada, mais uma vez, como direito humano fundamental. (p.76).

Caracteriza-se então um campo primordial de discussões, visto que há uma conotação dual e adversa na composição dos documentos legais que sustentam a prática educacional. A problematização deste fator faz-se primorosamente necessária, visto que este também é um fator que, além de exclusão, remete a uma discriminação do sujeito face a sua vivência em território que não é o seu de origem.

Desta forma, constata-se que a questão em jogo se direciona, principalmente, à fragilidade na política de integração e na legislação ainda inoperante prevista para este segmento. Conforme constatam Cotinguiba e Cotinguiba (2014), após pesquisa desenvolvida no País – contemplando também a Região do Vale do Taquari –, que “o problema que encontramos não é causado por falta de instituições, mas pela ausência de uma política ou diretriz sobre o assunto, de maneira que os agentes escolares possam se orientar”. (p. 84).

Contata-se, então, que, para além do aceite e inserção em instituição de ensino, os processos de inclusão e continuação dos estudos são elementos fundamentais para a consolidação da então esperada “educação para todos”.

Para aqueles que iniciaram os estudos universitários no Haiti, no caso dos dyaspora, não temos conhecimento de que algum tenha conseguido prosseguir os estudos no mesmo curso no Brasil. O procedimento que temos encontrado é o de que o candidato deve fazer o vestibular e começar como novo estudante e, para isso, deve se submeter às mesmas regras antes descritas para quem tem o equivalente ao Ensino Médio brasileiro. (CONTINGUIBA; CONTINGUIBA, 2014, p. 81)

Desta forma, estar inserido em uma sociedade na qual se buscou estar para ampliação e segmentação da qualidade de vida, outrora sonhada e rebuscada durante o processo de viagem, pode designar um processo de sofrimento no sujeito que não percebe um caminho seguro para instaurar seus processos de vida, entre eles, os relacionados à educação e à cidadania.

Além das questões educacionais, as trabalhistas aparecem com ênfase nos discursos trazidos pelos entrevistados. Devemos considerar que, para os teóricos, a diferença entre imigrantes e nativos é algo do próprio mercado e não de atributos individuais. Para Vilela (2011, p. 92), “a discriminação seria o motivo para a persistência desse efeito estrutural sobre os salários e para a limitação da mobilidade dos indivíduos entre os postos de trabalho, o que evidencia a imperfeição do mercado”. (VILELA, 2011). Ainda, segundo Campante, Crespo e Leite (2004, p. 188), “parte do problema racial atribuído ao mercado de trabalho está de fato associado a outras dimensões, como a desigualdade educacional e sua transmissão intergeracional”.

Silva (2015) indica que, para os imigrantes haitianos, quando se fala em trabalho, a maior dificuldade é encontrar trabalho em sua área de formação, para os que possuem qualificações, pois terão que refazer os estudos para exercer as atividades laborais que exerciam no Haiti. Esse processo é demorado e possui um custo alto, o que faz com eles tenham que aceitar trabalhos que não condizem com o que exerciam ou com a sua formação.

Este fator condiz com os discursos dos haitianos que participaram da presente pesquisa, que referem o fato de possuir formação acadêmica que, por vez, não é possível de ser utilizada no Brasil.

“[...] então a gente percebe muito isso por que nós temos muitos profissionais aqui haitianos que deixaram o Haiti que tem capacitação, que são diplomados e

certificados que podem fazer um trabalho melhor e não conseguem porque pensam que não podem”. (Joaquim, 26 anos).
“Então nesse sentido, aqui eu vejo que potencial, competência, capacidade não é muito valorizado”. (Pedro, 29 anos).

A procura de mão de obra barata é feita pelas empresas, e os sindicatos buscam proteger os direitos dos trabalhadores. A imigração e, conseqüentemente, o trabalho desses imigrantes é novidade para ambos, o que faz com que surjam desafios que devem ter respostas para que não prejudique os empregadores, trabalhadores brasileiros e estrangeiros. (ZAMBERLEM *et al*, 2014). Para Fernandes (2004), citado por Zamberlem e colaboradores (2014, p. 63), “essa é a regra entre imigrantes: fazer trabalhos que ninguém quer executar, independente se for final de semana ou à noite”.

Contudo, diante da crescente demanda de mão de obra por parte de alguns setores do mercado de trabalho nacional, criam-se justificativas para contratar haitianos no lugar de brasileiros. Segundo alguns empregadores, os brasileiros “não querem trabalhar, faltam muito ao trabalho e têm vícios”, como é o caso da dependência química. Já os haitianos são “dedicados ao trabalho”, “de boa índole” e “aprendem rápido o idioma”, pois precisam trabalhar e enviar recursos a seus familiares. O fato de que grande parte deles encontra-se numa situação de vulnerabilidade social, dependendo, às vezes, da ajuda de instituições religiosas e civis para sobreviver, criou-se inicialmente a ideia de que eles aceitariam qualquer tipo de trabalho, particularmente aqueles que exigem grande esforço físico e pagam baixos salários. (SILVA, 2015, p. 167).

São vários os desafios para a inserção no mercado de trabalho, a falta de qualificação adequada para realizar o trabalho oferecido é um deles, muitas vezes o trabalhador assume um cargo que não diz respeito às suas qualificações. Também a dificuldade de compreender o idioma local, que poderia ser resolvido com cursos de idiomas, presenciais ou virtuais, oferecidos por instituições públicas. Mas o maior desafio encontrado para os que chegam em condições vulneráveis é entrar na onda de trabalho escravo.

O migrante trabalhador apresenta alto grau de vulnerabilidade de tornar-se vítima do trabalho escravo. Há sempre o risco latente de abuso por parte do empregador que se serve dessa mão de obra, que vem de outros países e que vem para melhorar a sua situação pessoal, uma vez que esse trabalhador se desloca buscando melhores condições de vida. (COLOMBO, 2015, p. 93).

Considerando que o campo de trabalho no Brasil tem sido um importante atrativo para os estrangeiros, constata-se a necessidade de problematização dos desafios relacionados, seja na recepção, ou nas possibilidades igualitárias de trabalho, o que no momento não condiz com a expectativa e a qualificação dos estrangeiros, e muito tem a ver com todo processo histórico e cultural envolvido nesse entorno. Desta forma, constata-se que, embora os imigrantes

cheguem ao país com a expectativa de trabalho e de atuação em suas áreas de formação, “os trabalhadores migrantes exercem as atividades mais insalubres, perigosas e árduas [...]”. (MENDONÇA, 2014, p. 20).

Os fatores discriminatórios que enlaçam os processos laborais dos imigrantes estão presentes em diferentes contextos e de diferentes formas expressivas. Mendonça (2014) aponta que fatores relacionados a salário, cargo de trabalho, jornada trabalhista, saúde do trabalhador, entre outros, são fatores que se destacam em termos de discriminação. “Além dessas questões, os trabalhadores migrantes ainda enfrentam o racismo e a xenofobia dos nacionais, aí incluídos os empregadores e os colegas de trabalho” (MENDONÇA, 2014, p. 21).

Destaca-se que, para além destes fatores, os direitos constituintes de cidadania relacionados ao trabalho têm uma conotação ainda mais extrema no que se refere à liberdade sindical. Conforme Mendonça (2014):

No âmbito da liberdade sindical, a distinção não se faz menos presente quando se denega aos migrantes o direito de formar sindicatos e de se filiar aos já existentes, sendo que, em alguns países, a proibição está inclusive prevista em lei. A situação é ainda mais grave para os trabalhadores migrantes indocumentados. (p. 21).

A partir das constatações elencadas acima, possibilita-se a discussão em torno dos direitos humanos e, portanto, dos direitos trabalhistas enquanto campo emergente desta primeira categoria. Em suma, conforme ressalta Mendonça (2014, p. 34) “os direitos trabalhistas, como direitos humanos, devem ser conferidos, portanto, a todos independentemente de sua origem nacional, por não se restringirem a nenhum estado, mas por serem compartilhados e oponíveis a todos eles”.

No entanto, a prática diária vivenciada pelos imigrantes em território Nacional não assegura esta conotação. Embora os imigrantes tenham os direitos trabalhistas assegurados por estarem na condição de trabalhadores, “[...] independentemente de sua origem nacional, mas por serem esses direitos humanos que devem ser conferidos a todos” (MENDONÇA, 2014, p. 34). A prática cotidiana não comporta esta realidade, conforme destacado nas falas dos haitianos participantes desta pesquisa.

Para além de uma discussão relacionada à necessidade de problematização de direitos assegurados ou não por lei, constata-se a relevância de interpor uma análise sobre os processos de identificação do sujeito com o trabalho, independente do segmento no qual se insere e as condições de sofrimento que se instauram a partir deste contexto.

O trabalho, enquanto elemento constituinte da vida em sociedade, o torna um importante elemento na produção identitária do sujeito. Neste entorno, estar inserido em um contexto empregatício, por vezes discriminatório, pode constituir um campo elementar de sofrimento do trabalhador. Embora se possa pensar que encarar de forma positiva a identidade relacionada ao trabalho não equivale à forma com que ele se apresenta, “[...] o trabalho, mesmo no sistema capitalista, ou seja, mesmo o trabalho alienado, pode contribuir com a formação dessa identidade” (MENDONÇA, 2014, p. 65).

Dessa forma, o papel social ocupado pelo trabalhador, enquanto parte do processo de produção coletivo, por si só, não assegura a construção de uma identidade, embora possa fornecer as principais condições para tanto numa sociedade salarial. A construção da identidade do trabalhador pode ser obstada se o sujeito não atinge condições mínimas de individuação, reconhecimento e estabelecimento de vínculos sociais a partir do trabalho. Ou seja, não é qualquer trabalho que contribui para a formação da identidade de forma positiva, sendo necessário que o trabalho atenda a determinadas condições para que isso ocorra. (MENDONÇA, 2014, p.64).

A este espaço de análise, constata-se que o sujeito em território diferente do seu de origem, enfrentando demasiado processo de discriminação de diferentes conotações, engendra-se a um cenário trabalhista que não respalda nem por lei, nem por realidade vivenciada, um contexto mais próximo da igualdade de direitos.

Este segmento se constitui ainda na abordagem veiculada nos meios de comunicação de massa e em diferentes contextos de vida, tornando ainda mais presente os fatores geradores de sofrimento nos processos identitários relacionados ao trabalho. Mendonça (2014) aponta que:

Tal discurso, propagado e reafirmado também na mídia e nas demais produções culturais, acaba por dificultar a formação de uma identidade coletiva, primeiro porque os trabalhadores estão constantemente ocupados com o trabalho, mesmo em seu tempo de não trabalho, e, segundo, porque passam a acreditar que seu “sucesso” depende apenas de si mesmos, sem reconhecer muito valor na ação coletiva. (p. 67).

Para além das questões relacionadas às formas de trabalho, a legislação específica e os processos discriminatórios no ambiente de trabalho e na seleção para determinado cargo, é importante ressaltar que os aspectos relacionados à educação e à certificação de cursos realizados em país de origem, também constroem um âmbito de sofrimento. Pela não valorização, ou a improbabilidade de usar o conhecimento adquirido para determinada função, conotando em cargos que não condizem com o grau de escolaridade e mesmo com o conhecimento técnico dos imigrantes. Desta forma, enquanto um espaço de direitos

igualitários, o campo trabalhista também se apresenta inconstante para os sujeitos imigrantes. Mendonça (2014) aponta que:

O Direito do Trabalho apresenta-se, portanto, como eixo central dos direitos sociais e, conseqüentemente, como elemento central de concretização dos direitos humanos fundamentais, pois, como mencionado anteriormente, a luta pelas liberdades e direitos de participação fez emergir o fato de que a participação política e a igualdade dos direitos individuais também dependem da garantia mínima e efetiva de bem-estar social. (p. 76).

Contudo, na construção da identidade, os processos educacionais e trabalhistas fazem parte de um campo que merece discussões e principalmente aprimoramentos na legislação que sustentam estas práticas. Bem como na estruturação de discursos que visem tornar menos presentes os processos de discriminação na vida dos imigrantes, a fim de possibilitar a igualdade de direitos e a cidadania de todos os sujeitos, independente de sua origem ou condição de vida social.

4.3 Brasil: um país de todos e para todos?

Depois do terremoto que devastou o Haiti em 2010, o fluxo migratório de haitianos para o Brasil cresceu consideravelmente. Os caminhos para chegar até o Brasil são diversos e fazem com que a chegada aqui seja rápida ou demorada. Um fato importante e que deve ser considerado, é de que, em 2010, somente quatro países da América do Sul (Argentina, Chile, Equador e Peru) não exigiam visto para a entrada dos haitianos, para turismo. A partir de 2012 o Peru começou a exigir visto para quem vinha do Haiti e o Equador em 2013 tentou registrar a entrada de imigrantes haitianos, uma medida que não foi praticada. Mesmo sabendo desses facilitadores, nenhum desses países se tornou o destino final como o Brasil. Esse fato pode mostrar que a imigração não se dá somente pelas facilidades de chegar e permanecer em um país, como afirmam os que criticam as medidas do governo brasileiro, mas pela vontade de chegar e permanecer no seu destino (FERNANDES; CASTRO, 2014).

Segundo Costa (2012) e Silva (2013), em 2010, grupos de imigrantes que chegaram na fronteira do Brasil com o Peru não chegavam a duas centenas. No final de 2011, encontravam-se informações de que haviam mais de 4 mil haitianos no Brasil. Esse número não parou de crescer, no final de 2013 já se estimava 20 mil imigrantes. Esse fluxo elevado fez com que a imigração haitiana fosse vista com desconfiança, por determinadas pessoas da sociedade e algumas imprensas chegaram a comparar a entrada deles com uma invasão. Como mostram algumas reportagens de jornais de grande repercussão, que apresentam a

desinformação e criminalizam os imigrantes. O Jornal “O Globo”, do dia 01/01/2011, tem como título “Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti”, fala do grande número de imigrantes chegados no Brasil e reforça que eles chegam de forma ilegal no país.

Segundo Fernandes e Castro (2014), o movimento migratório também teve lado positivo, pois levou o governo e a sociedade a ter um debate da legislação migratória, colocando na discussão a visão do respeito aos direitos humanos. E ainda foi possível ir além, estabelecendo laços de solidariedade entre vários setores da sociedade para o acolhimento e atendimento aos haitianos.

Constata-se, no entanto, a necessidade de problematizar a política migratória brasileira, que, embora tenha tido um aperfeiçoamento frente o aumento do fluxo de imigrantes que chegaram ao Brasil nos últimos anos, é insuficiente e, por vezes, inoperante, seja no que se refere ao processo de entrada no país, seja na dinâmica de vida que se estabelece no decorrer de seu cotidiano em território nacional.

A incerteza e a improbabilidade que operam frente à obtenção do visto de entrada dos Haitianos no Brasil propulsionam o aumento de imigrantes que chegam ao país de forma irregular, o que, de modo geral, os condiciona à busca por rotas de difícil acesso e a exposição a riscos durante o percurso. Oliveira (2015) aponta que frente à complexidade “[...] para obtenção do visto de entrada no Brasil, uma parcela expressiva de haitianos passou a adotar uma rota entre os dois países dominada por *coyotes*” (p.142), intensificando o risco e a progressão de dificuldades para entrada no país. Além da precariedade da viagem e das estadias de escasso conforto, os imigrantes passam a ter dificuldades para estabelecer moradia e darem início a uma nova etapa da vida em território nacional, principalmente na constante busca de igualdade e cidadania.

Ao adotarem a forma irregular como estratégia de ingresso mais rápido ao Brasil, essas pessoas se expõem a todo tipo de violações de direitos, como abusos sexuais, maus tratos por policiais, tortura, sequestros-relâmpago, roubos, furtos, sobretudo no Peru, que, segundo os migrantes, é o local em que a viagem é mais difícil e arriscada. (OLIVEIRA, 2015. p. 142).

Estando em Território Brasileiro, as condições de vida de milhares de imigrantes passam a ser condicionadas por novos obstáculos a serem defrontados. Os primeiros relacionados às estadias prévias, que, conforme Oliveira (2015), ao citar o respectivo Relatório do Ministério Público Federal, aponta que os abrigos não apresentavam “[...] condições mínimas de comodidade, saúde e higiene [...]” (p. 145) para a população imigrante. Os segundos relacionados a um caminho formado por percalços da discriminação, do

preconceito, da desigualdade, da luta constante por cidadania e da saudade dos entes queridos deixados em terra distante.

Neste sentido, o respaldo de lei que aprimora a entrada de Imigrantes em Território Brasileiro tem buscado uma reconfiguração após o aumento do fluxo de migrações, mas os percalços encontrados continuam e constituem um cenário obscurecido para a vida dos imigrantes em território brasileiro. Oliveira (2015, p. 146) descreve que “[...] se por um lado a entrada dos haitianos é, em alguma medida, facilitada pelo Governo Federal, faltam as condições básicas para a efetiva integração desses imigrantes à sociedade e ao mercado de trabalho no Brasil”.

Conforme mencionado acima, não somente a fragilidade na legalização e no registro de permanência dos imigrantes configura o cenário de dificuldades por eles encontradas no Brasil, mas a permanência e a estabilidade de vida que passam a ter uma conotação de difícil consolidação frente à insuficiência legal, a operacionalização de meios burocráticos no dia a dia, a discriminação, a desigualdade de direitos e a cidadania obscurecida por um contexto de fragilidades constituídas a partir de um contexto histórico, cultural, social, político e econômico. Neste entorno, cabe a pergunta título desta categoria de estudo: Brasil, um país de todos e para todos?

A frase que segue descreve dificuldades encontradas por Pedro, haitiano, 29 anos, residente no Brasil desde 2013, que evidencia um território despreparado para receber constitucional, política, cultural e socialmente um cidadão estrangeiro.

“... até então ninguém sabia nem um banco sabia como abrir uma conta dos estrangeiros, chegar lá no hospital ninguém sabe como se atender e daí para mim, agora melhorou né, mas pra mim era bem pior, porque ninguém sabia como ajudar um estrangeiro”. (Pedro, 29 anos).

A fala de Pedro enlaça o sério problema de uma regularização legislativa falha e de uma prática de cidadania obscura vivenciada pelos imigrantes em Território Brasileiro. O despreparo na recepção e nas práticas cotidianas presentificam-se nas atividades mais simples do dia a dia, como no exemplo citado por Pedro de abrir uma conta bancária, até as mais complexas.

Embora o país tenha trabalhado na implementação e aprimoramento de leis que regularizam e condicionam a imigração, o Brasil ainda se reporta a uma lei de 1980 – lei nº 6.815 – aprimorada com um viés que não condiz mais com a realidade então vivenciada no país. “Enquanto isso, o país segue com uma norma que remonta aos tempos da ditadura

militar, quando o imigrante era percebido como uma ameaça e, portanto, deveria ser tratado como uma questão de segurança nacional” (OLIVEIRA, 2015, p. 150).

Na fala de João, 29 anos, haitiano residente no Brasil há 3 anos, fica clara a seguridade pelo cumprimento da própria inserção nos novos costumes e na cultura do país de destino, mas evidencia-se também a fragilidade e o despreparo na recepção e na elaboração de práticas cotidianas que sustentam a vida e a cidadania de quem escolheu o Brasil para escrever mais uma página de sua história.

“Tem que falar para entender as culturas, como funciona o país, porque eu tenho uma cultura diferente entendeu? E eu vejo que pra mim tá tudo certo, só que vejo que a gente precisam ingressar na sociedade brasileira, porque tem muitos haitianos que estão aqui e eles querem fazer faculdade mas por enquanto, eu não sei se tem uma lei, é bem pouco entendeu?”. (João, 29 anos).

A partir da fala de João, é notório considerar que a percepção na fragilidade legislativa e mesmo na maneira como a própria sociedade percebe a entrada de novos povos em território Nacional, é não apenas vivenciada ou naturalizada pelos Haitianos, mas percebida de forma reflexiva por todos eles.

Constata-se uma dualidade no formato da lei – nº 6.815 de 1980 - que sustenta a imigração no Brasil, bem como no Estatuto do Estrangeiro de 2013. A referida lei aponta no Artigo 95 que “O estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis”.

Em entrevista realizada pelo Portal Brasil com o então Secretário de Justiça Beto Vasconcelos em 2015, evidencia-se que “[...] para regular a migração de haitianos para o Brasil, além de vistos de trabalho, o governo brasileiro tem trabalhado para incentivar a rota direta, ao invés da imigração ilegal, e proporcionar a acolhida aos haitianos [...]” (PORTAL BRASIL, 2015, s/n).

Desta forma, caracteriza-se um momento importante na implementação de novos horizontes para a legislação voltada à imigração no país, principalmente no intuito de acolhida humanitária aos imigrantes que aqui chegam. Mesmo assim, é evidente que o país passa por uma reestruturação respectiva, mas que condiciona a necessidade e a urgência de colocar em prática o que vem sendo pensado em termos legais e em aspectos de cidadania. Ainda na entrevista citada acima (PORTAL BRASIL, 2015), a discussão se coloca também com relação ao estatuto do estrangeiro, permitindo um importante contraponto entre a nova proposta que vem sendo pensada:

Ao contrário do estatuto, ainda vigente, que tem foco maior na segurança nacional, o novo texto apresenta garantias de direitos para os imigrantes. O projeto é um exemplo da postura humanista do Brasil diante da questão, em oposição a comportamentos preconceituosos. (PORTAL BRASIL, 2015, s/n).

A partir da discussão descrita acima, possibilita-se constatar que a pergunta base desta categoria de estudo – Brasil um país de todos e para todos? – configura a necessidade de constituir um novo plano estratégico de acolhida aos imigrantes, visto que a fragilidade não está apenas na lei que regulariza e sustenta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal propósito desse trabalho foi de compreender as motivações e os efeitos produzidos pela mudança de vida em imigrantes haitianos que chegaram ao Vale do Taquari nos últimos três anos. Uma das motivações para a realização desta pesquisa se deu a partir do meu contato prévio com imigrantes haitianos, especificamente com uma família que estabeleceu moradia na mesma cidade onde resido, a ser o município de Mato Leitão, no estado do Rio Grande do Sul. Tive então a oportunidade de conhecer um membro desta família no ano de 2014, quando o mesmo se mudou da cidade de Estrela para o então município de Mato Leitão, motivado pela busca de emprego. O imigrante realizava na época serviços informais e residia em uma peça cedida por um morador no interior do município. A fim de auxiliá-lo, propus, junto com minha família, uma oportunidade de trabalho com pintura residencial, considerando que, naquela época, a casa onde resido estava em reformas. O trabalho foi aceito por ele e, desde então, estreitaram-se os nossos laços de amizade e companheirismo.

Mesmo com algumas dificuldades em falar português, ele relatou sobre a sua história de vida no Haiti, descrevendo situações e vivências experienciadas na sua pátria de origem. Dentre as longas conversas que tivemos, ele contou sobre as dificuldades lá vividas, destacando a falta de recursos humanos, saneamento básico, a falta de luz elétrica, as longas distâncias percorridas para conseguir água, o acesso à escola que era dificultoso, as situações de violência e de abuso de poder, onde as pessoas que possuíam recursos se beneficiavam cobrando valores abusivos daquelas que não o tinham.

O relato se estendeu também sobre o fato de ter deixado no seu país de origem grande parte de sua família, incluindo a esposa e as duas filhas, destacando sempre o seu objetivo em acumular recursos financeiros para trazê-las ao Brasil. Falou sobre as dificuldades enfrentadas no Brasil, pontuando um episódio específico que, segundo ele, foi um dos piores enfrentados. Na época ele trabalhava em dois locais, em uma empresa de artefatos de cimento durante a noite, e durante o dia em uma usina de reciclagem, período em que conseguiu juntar quase todo o dinheiro necessário para trazer sua família para o Brasil. Nesta mesma época conheceu uma pessoa que se apresentou como advogada, oferecendo seus serviços para auxiliá-lo nas documentações e compra de passagens. No entanto, após um período, a suposta advogada desapareceu, com todo o dinheiro que ele havia guardado para trazer a família, o que o motivou a mudar de cidade. O auxílio oferecido a ele, inicialmente foi negado, pois duvidava das intenções deste auxílio.

O objetivo inicial era que ele pudesse desenvolver alguma atividade remunerada. Iniciou um trabalho com contrato provisório como safrista em uma empresa de tabaco. Foi também organizada uma ação entre amigos para arrecadação de recursos. Foi então que encontramos alguns impasses, quando muitas pessoas se negavam a comprar, afirmando que achavam injusto ajudar, já que o mesmo poderia trabalhar se quisesse algo. Apesar das dificuldades inicialmente enfrentadas, as rifas foram vendidas, e com o valor arrecadado foram providenciadas as documentações da família, bem como as vacinas necessárias para a vinda ao Brasil. O valor arrecadado até então seria suficiente para a compra de duas passagens, estaria ainda faltando uma. Com esse objetivo, uma outra família que ele conhecia, emprestou a ele uma quantia em dinheiro. Com a quantia emprestada, mais os salários que ele havia recebido, o valor da ação entre amigos e uma doação feita por minha família, se alcançava o montante necessário para a compra das três passagens.

Foi então que, no dia 16 de setembro de 2014, a família chega ao Aeroporto Internacional Salgado Filho (POA). Atualmente, a família reside em Mato Leitão. O casal trabalha em uma empresa de produtos alimentícios na cidade de Lajeado e as filhas estudam em uma escola no município em que residem. O próximo objetivo deles é adquirir a casa própria e sair do aluguel, e estão economizando para isso.

O primeiro passo para a realização desse trabalho foi contatar esse haitiano com o qual tenho contato e pedir a ele indicação de outros imigrantes para que se pudessem iniciar as entrevistas. Elas foram feitas a partir de uma pergunta base, onde os entrevistados traziam o que os motivou a sair do Haiti e como está sendo esse processo de mudança. Com isso foram levantadas três categorias principais a partir das falas trazidas pelos imigrantes no processo de coleta de dados.

A principal delas foi referente ao preconceito, problema enfrentado pela maioria dos imigrantes. Percebemos que o preconceito está muito implicado no dia-a-dia da sociedade, por vezes manifesto e por vezes passando despercebido por aqueles que o cometem. Indiferente de sua forma de manifestação, o preconceito traz grande sofrimento para o sujeito que o vivencia. Ele existe há séculos em nossa sociedade, faz parte de uma construção histórica, cultural, política e social e, no que se refere às pessoas negras, a discriminação é ainda maior, principalmente em uma região onde a cultura predominante é germânica.

Os processos trabalhistas, educacionais e de identidade também fazem parte do campo de discussão desse trabalho, onde, em diversos momentos se presentificaram as dificuldades que esses imigrantes enfrentam para conseguir uma colocação justa no mercado de trabalho. Desta forma, exercem funções que não condizem com suas capacidades e aptidões. Apontou-

se ainda os obstáculos para entrar e/ou dar continuidade em cursos de ensino superior, visto que os cursos já realizados/iniciados em seu país de origem não têm validade no Brasil.

E, por fim, destacaram-se ainda as dificuldades frente à legislação brasileira para acolhimento dos imigrantes no Brasil, bem como dos impasses e da falta de conhecimento da população frente aos processos necessários para recepção destes sujeitos que decidem escrever sua história em nosso país.

Sabemos que grandes mudanças enfrentadas na vida, vem acompanhadas algumas vezes de grandes sofrimentos e, ter conhecimento e compreensão frente a esses impasses, faz com que o profissional de psicologia possa estar atuando ativamente para aliviar o sofrimento e, até mesmo, prevenir futuras patologias, como a depressão. Os imigrantes passam por uma grande mudança de vida, na qual, além de estarem longe de familiares e amigos, passam a viver em uma cultura totalmente diferente, com outra língua e outros costumes.

Segundo Borges e Pocreau (2012, p. 578), “[...] a saúde não é mais vista como um objeto médico, mas sim como um fenômeno social, que se traduz por um conjunto de atitudes que visam à promoção do bem-estar físico, mental e social”. Por isso, destaco a fundamental importância da atuação do psicólogo e do acolhimento em saúde pelos diversos profissionais correspondentes, visto a necessidade de atendimentos comprometidos a serem realizados aos imigrantes em território brasileiro.

É importante salientar que essa pesquisa possui algumas limitações, como o número de participantes, que foi somente quatro, e ela foi realizada somente com imigrantes que residem no Vale do Taquari no interior do Rio Grande do Sul. O método de entrevistas narrativas foi condizente com os objetivos, pois todos os participantes se sentiram bem à vontade para falar, já que a pergunta foi aberta, dando uma orientação para a entrevista e deixando que eles pudessem falar de forma livre.

Esse trabalho teve importante contribuição para mim, não só como acadêmica/formanda do curso de psicologia, mas para a minha vida social. Além de me proporcionar conhecimento frente aos problemas enfrentados por imigrantes ao chegarem no país, possibilitou-me vivenciar um pouco de sua história, da forma como eles percebem os acontecimentos e me aproximar de pessoas que, apesar de suas dificuldades, conseguem manter uma perspectiva de esperança para o futuro. As pesquisas encontradas nesse campo ainda são poucas, com isso, acredito que esse trabalho possa ser de importância também para os estudantes e comunidade acadêmica, principalmente da região, pois ele poderá contribuir com trabalhos que já estão sendo realizados. Além disso, percebo a relevância deste trabalho para a vida dos imigrantes, que descrevem, a partir de suas palavras, as histórias esperançosas de vida no Brasil, mas não

compreendem os processos de funcionamento e acolhimento de nossa sociedade. Desta forma, destaco, para além dos dados descritos, a importância de poder-los auxiliar na compreensão de que, assim como eles, outros imigrantes assemelham-se frente aos obstáculos enfrentados, bem como, de que terão, embora com dificuldades, possibilidades de acompanhamento profissional comprometido com a singularidade e as práticas de vida de cada um deles.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMAN, Z. e MAY, T. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade - A busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BONASSI, Margherita. *Canta, América sem fronteiras: imigrantes latino-americanos no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BORGES, L. M.; POCREAU, Jean-Bernard. Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica. *Estud. Psicol.*, v 29, n.4, p. 577 – 585, 2012.
- BRASIL. *Conselho Nacional de Saúde*. Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br> > Acesso em 04 outubro de 2015.
- BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília Congresso Nacional. Palácio do Planalto, Presidência da Republica. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acessado em 18/09/2015.
- CAMPANTE, F.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade Salarial entre Raças no Mercado de Trabalho Urbano Brasileiro: Aspectos Regionais RBE Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 58, n. 2, p. 185 - 210. 2004.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- CASTRO, Lucia Rabello de *et al*. A construção da diferença: jovens na cidade e suas relações com o outro. *Psicol. estud.* [online]. 2006, v.11, n.2, pp. 437-447. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200023>> Acessado em 09 de agosto de 2015.
- CICONELLO, Alexandre. *O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial*. Oxfam Internacional, 2008.
- COGO, D.; SILVA, T. Mídia, alteridade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. *Revista Compós*, p.1-29. 2014Trabalho apresentado no GT comunicação e cidadania ,no XXV Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Goiás, 07 a 10 de junho de 2016.. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria\(1\)_2754.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria(1)_2754.pdf) Acesso em 12 de Setembro de 2015.

- COLOMBO, Marcelo. *A vulnerabilidade do migrante trabalhador como instrumento para o tráfico de pessoas e o trabalho escravo*, p.89 – 94, In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Organizadores). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- COSTA, Pe. Gelmino A. *Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora!* Travessia. *Revista do Migrante*, n.70, v.1, São Paulo. 2012 P. 91-98
- COTINGUIBA, M. L. P.; COTINGUIBA, G. C. *Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar*. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v.17, n.33, p. 61-87, 2014.
- DADALTO, Maria Cristina. *A Representação Social Sobre A Imigração Na Mídia Brasileira – Mapeamento e análise dos discursos comunicacionais*. Universidade Federal do Espírito Santo. 2011.
- FERNANDES, D.; CASTRO, M. da C. G. de. *La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen*. In: OIM. *La Migración Haitiana*, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed., rev. São Paulo: Global, 2007.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente*. *Psicologia & Sociedade*, v.14. n.1, 2002.
- FIGUEIREDO, A.; GROSFUGUE, R. *Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário*. *Soc. e Cult.*, v. 12, n.2, p.223-234, 2009.
- Hacia Brasil: Características, oportunidades y desafíos*. *Cuadernos Migratorios N° 6*. Buenos Aires: OIM, p.51-66, 2014.
- LANNA, Ana Lucia Duarte. *Aquém e além-mar: imigrantes e cidades*. *Varia história*, v.28, n.48, p. 871-887, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200018&lang=pt> Acesso em 20/09/2015.
- LESSER, Jeffrey. *Um Brasil Melhor*. *Revista História, ciências, Saúde- Manguinhos*, v.21 n.1, p.30-45, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100181&lang=pt> Acessado em 20/09/2015.
- MENDONÇA, Laís Maranhão Santos. *Imigração e trabalho: luta por reconhecimento dos imigrantes no Brasil – Análise da participação dos imigrantes na 1ª Conferência Municipal de Políticas para imigrantes de São Paulo*. Mestrado em Direito – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Agência Brasileira de Cooperação*. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br>> Acessado em 17/09/2015.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. Resignificando identidades: um estudo antropológico sobre experiências migratórias dos estudantes africanos no Brasil, *Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*, v.20, n.38, p. 125-139, 2012.

MUYLAERT, C. J.; *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Rev Esc Enferm USP*, v. 14, n. 48 (Esp2), p. 193-199, 2014.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. REMHU, *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, v.23 n.44 Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2 ed., 2002.

Portal Brasil. *Imigração: preconceito não combina com a sociedade brasileira*. 2015 <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/imigracao-preconceito-nao-combina-com-a-sociedade-brasileira>> Acessado em 10/06/2016.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do "ser negro": um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: EDUC, 2002.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online], v.26, n.77, p. 47-62, 2011.

SEYFERTH, Giralda. The diverse understandings of foreign migration to the South of Brazil (1818-1950). *Vibrant, Virtual Braz. Anthr*, v.10, n.2, p. 118-162, 2013.

SILVA, Mozart Linhares da. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SILVA, Sidney Antônio da. *Inserção social e produtiva dos haitianos em Manaus*, p. 165 – 174. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Organizadores). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

SILVA, Sidney. Brazil, a new eldorado for immigrants: the case of haitians and the Brazilian immigration policy. *Urbanities*, v. 3 n. 2, p.3-18, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

United Nations Humans Rigths: Office of the High Commissioner for Human Rigths. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>> Acessado em 18/09/2015.

VILELA, Elaine Meire. Desigualdade e Discriminação de Imigrantes Internacionais no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 89- 128. 2011.

WALDMAN, Tatiana Chang. *O Acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: A trajetória de um direito*. Universidade de São Paulo: Faculdade de Direito. Dissertação de Mestrado: São Paulo, 2012.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. Editora Vozes. 2000.

ZAMBERLAM, J.; *et al.* *Os novos rostos da imigração no Brasil - Haitianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Solidus, 2014.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Pesquisadora: Bruna Caroline Pereira

Orientador/ Pesquisador responsável: Prof. Moises Romanini

Estamos convidando você a participar de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso de graduação chamada “*Os Imigrantes Haitianos No Rio Grande Do Sul: Uma Interface Social e Clínica na Análise dos Processos de Mudança de Vida*”, que tem como objetivo compreender as motivações e os efeitos que a imigração causa na vida de imigrantes haitianos. A coleta de dados será realizada através de entrevistas não estruturadas com imigrantes que possuam mais de 18 anos, que residam no Vale do Taquari e compreendam e falem português. Os dados coletados, depois de organizados e analisados, serão divulgados e publicados garantindo o anonimato dos pesquisados.

- Declaro estar ciente e que fui informado (a) dos objetivos desta pesquisa de forma clara e detalhada.
- As minhas dúvidas foram respondidas e sei que posso solicitar novas informações e esclarecimentos a qualquer momento, assim como modificar minha decisão em participar da pesquisa.
- Fui assegurado quanto ao sigilo e o anonimato das informações por mim prestadas durante a pesquisa e após seu término; o direito de me retirar da pesquisa, se assim eu desejar, sem que isto me implique nenhum prejuízo.
- Estou ciente e esclarecido que a pesquisa tem riscos indiretos aos participantes, como por exemplo, desconforto ao falar sobre questões relativas à imigração.
- Sinto-me assegurado que se ocorrer qualquer desconforto, a entrevista será interrompida e retomada em outro momento, se eu assim aceitar.

- Fui informado que a pesquisa não apresenta nenhum benefício direto ao pesquisado, porém, os dados provenientes da pesquisa poderão ser utilizados para a qualificação das ações dos trabalhadores de saúde mental.
- Compreendo que o Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul manterá em sigilo a minha identidade e que os dados coletados serão arquivados, ficando disponíveis para posteriores análises, sob a responsabilidade do pesquisador-orientador do projeto Prof. Moises Romanini, que pode ser contatado pelo telefone (51) 82934903 e da pesquisadora Bruna Caroline Pereira que pode ser contatada pelo telefone (51) 98922091, Comitê de Ética em Pesquisa – CEP Unisc: (51) 3717-7680 - E-mail: cep@unisc.br. Os dados serão incinerados após 5 anos.
- A participação nesta pesquisa é voluntária e caso você não deseje participar você não deve assinar este termo. Sinta-se à vontade para esclarecer qualquer dúvida antes de decidir.

Este documento é composto por duas vias.

Declaro que recebi cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Santa Cruz do Sul, ___/___/___.

Assinatura do pesquisado(a)

Bruna Caroline Pereira
Pesquisadora

Moises Romanini
Pesquisador Orientador